

Análise da produção legislativa durante a pandemia

A **Contatos Assessoria Política** elaborou uma análise da produção legislativa no Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – que considera as proposições apresentadas e transformadas em lei tendo como parâmetro o início da vigência em 20 de março do Decreto nº 6/2020 que reconheceu o estado de calamidade pública em todo o país para adoção de medidas emergências e temporárias para enfrentamento do Coronavírus (Covid-19).

No levantamento pode-se observar tanto nas proposições apresentadas como nas leis geradas o protagonismo do Congresso Nacional na coordenação das iniciativas de combate, contensão e auxílio financeiro dos efeitos causados para todos os segmentos da sociedade diante de um vácuo de políticas emergenciais por parte do governo federal.

Abaixo apresentamos os principais resultados dessa avaliação parcial da produção legislativa:

Proposições apresentadas

Foram 2.348¹ propostas apresentadas nesse período em ambas as Casas legislativas com o propósito de amenizar os custos da pandemia ou da crise sanitária e de saúde pública na área social e econômica com perda de arrecadação dos entes federados, de renda dos trabalhadores, fechamento de empresas e perda de empregos.

Deste total, quase 80% das propostas foram apresentadas na Câmara dos Deputados: 1.870 matérias protocoladas, sendo 1.677 projetos de lei, 120 projetos de decreto legislativo, 71 projetos de lei complementar e 2 propostas de emenda à Constituição.

E no Senado Federal, foram 478 propostas apresentadas pelos senadores no mesmo período, sendo: 404 projetos de lei, 26 projetos de decreto legislativo, 34 projetos de lei complementar, 13 propostas

¹ Levantamento considera as proposições apresentadas até 24.05.2020 no Congresso Nacional.

de emenda à Constituição e 4 sugestões de projetos de lei de iniciativa popular.

Dentro desse universo de iniciativas no legislativo, o Poder Executivo apresentou 44 medidas provisórias, 1 projeto de lei ordinária e um projeto de lei complementar enviados ao Congresso Nacional. Além de 4 projetos de lei de crédito suplementar (PLN).

O Governo encaminhou, no dia 18 de março, e foi aprovado pelo Congresso Nacional, antes do período avaliado nesse trabalho, a mensagem para deputados e senadores reconhecer o estado de calamidade pública no país.

Transformadas em lei

Nesse período de pandemia foram transformadas em lei 24 propostas aprovadas pelo Congresso Nacional, sendo 22 leis ordinárias sancionadas, uma lei complementar e uma emenda constitucional.

Dessas, podemos destacar que por autoria 18 ou 72% das leis que foram incorporadas ao ordenamento jurídico são de autoria do Poder Legislativo e 7 ou 28% foram de iniciativa do chefe do Poder Executivo, o presidente da República.

Como exemplo de iniciativa dos parlamentares tem a Lei 13.982/2020 que institui a renda mínima de 600 reais durante a pandemia, a Lei 13.999/2020 que cria linhas de crédito para ajudar as micros e pequenas empresas e a Emenda Constitucional 106/2020 que autorizou o chamado orçamento de guerra é um dos pilares dos pacotes aprovados pelos parlamentares que autorizou o governo a gastar sem limite com o objetivo de ajudar:

- 1) Saúde, ampliar a estrutura do Sistema Único de Saúde para o atendimento das pessoas infectadas;
- 2) pessoas, com a ajuda social para as pessoas de R\$ 600,00 por 3 meses, prorrogáveis;
- 3) empresas, com a suspensão de alguns tributos e empréstimos a juros baixos;
- 4) empregos, com a ajuda emergencial em caso de suspensão do contrato ou redução de jornada;
- 5) governos e prefeituras, com ajuda financeira para enfrentar a pandemia e compensar perdas de arrecadação do ICMS e ISS para honrar diversos compromissos.

Dentro dos pacotes de enfrentamento da pandemia e crise causada, depois de pressão do legislativo, foi enviado ao Congresso

Nacional a Medida Provisória 927/2020 que busca a preservação do emprego e da renda estabelece como alternativa: 1) teletrabalho; 2) antecipação de férias individuais; 3) concessão de férias coletivas; 4) aproveitamento e a antecipação de feriados; 5) adoção do banco de horas; 6) suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; 7) direcionamento do trabalhador para qualificação; e 8) adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e

E a MP 936/2020 que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda com os seguintes objetivos: preservar o emprego e a renda; garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública. E, como medidas, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda dispõe sobre: pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e suspensão temporária do contrato de trabalho.

E aguarda a sanção presidencial o PLP 39/2020 que destina recursos para auxiliar aos estados e os municípios nesse período de crise na saúde de iniciativa dos Congressistas.

Abaixo, um quadro completo de todas as propostas aprovadas pelo Congresso Nacional e transformadas em lei pelo presidente da República:

Emendas constitucionais promulgadas:

Nº	Ementa
106, de 7.5.2020 Publicado no DOU 8.5.2020 Autoria do Legislativo	Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia

Leis complementares sancionadas:

Nº	Ementa
Lei Complementar nº 172, de 15.4.2020 Publicada	Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde

no DOU de 16.4.2020	de	dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.
Autoria Legislativo	do	

Leis ordinárias sancionadas:

Nº	Ementa
Lei nº 14.002, de 22.5.2020 Publicada no DOU de 25.5.2020	Altera as Leis n os 11.371, de 28 de novembro de 2006, e 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor a respeito das alíquotas do imposto sobre a renda incidentes nas operações que especifica, e as Leis n os 9.825, de 23 de agosto de 1999, 11.356, de 19 de outubro de 2006, e 12.462, de 4 de agosto de 2011; autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); revoga a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Mensagem de veto
Lei nº 14.001, de 22.5.2020 Publicada no DOU de 22.5.2020 - Edição extra Autoria do Legislativo	Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020.
Lei nº 14.000, de 19.5.2020 Publicada no DOU de 20.5.2020 Autoria do Legislativo	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.
Lei nº 13.999, de 18.5.2020 Publicada no DOU de 19.5.2020 Autoria do Legislativo	Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis n os 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999 . Mensagem de veto
Lei nº 13.998, de 14.5.2020 Publicada no DOU de 15.5.2020	Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências. Mensagem de veto

<p>Autoria do Legislativo</p>	
<p>Lei nº 13.997, de 6.5.2020 Publicada no DOU de 7.5.2020</p> <p>Autoria do Executivo</p>	<p>Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p>
<p>Lei nº 13.996, de 5.5.2020 Publicada no DOU de 6.5.2020</p> <p>Autoria do Executivo</p>	<p>Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996. Mensagem de veto</p>
<p>Lei nº 13.995, de 5.5.2020 Publicada no DOU de 6.5.2020</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.</p>
<p>Lei nº 13.994, de 24.4.2020 Publicada no DOU de 27.4.2020</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.</p>
<p>Lei nº 13.993, de 23.4.2020 Publicada no DOU de 24.4.2020</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.</p>
<p>Lei nº 13.992, de 22.4.2020 Publicada no DOU de 23.4.2020</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
<p>Lei nº 13.991, de 17.4.2020 Publicada no DOU de 20.4.2020</p>	<p>Inscreve o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.</p>

<p>Autoria do Legislativo</p>	
<p>Lei nº 13.990, de 17.4.2020 Publicada no DOU de 20.4.2020</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Confere ao Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Chocolate Artesanal.</p>
<p>Lei nº 13.989, de 15.4.2020 Publicada no DOU de 16.4.2020</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Mensagem de veto</p>
<p>Lei nº 13.988, de 14.4.2020 Publicada no DOU de 14.4.2020 - Edição extra</p> <p>Autoria do Executivo</p>	<p>Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis n os 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.</p>
<p>Lei nº 13.987, de 7.4.2020 Publicada no DOU de 7.4.2020 - Edição extra</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.</p>
<p>Lei nº 13.986, de 7.4.2020 Publicada no DOU de 7.4.2020 - Edição extra</p> <p>Autoria do Executivo</p>	<p>Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis n os 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis n os 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de</p>

	<p>2017, e dos Decretos-Leis n os 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Mensagem de veto</p>
<p>Lei nº 13.985, de 7.4.2020 Publicada no DOU de 7.4.2020 - Edição extra</p> <p>Autoria do Executivo</p>	<p>Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).</p>
<p>Lei nº 13.984, de 3.4.2020 Publicada no DOU de 3.4.2020 - Edição extra-B</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial .</p>
<p>Lei nº 13.983, de 3.4.2020 Publicada no DOU de 3.4.2020 - Edição extra-B</p> <p>Autoria do Executivo</p>	<p>Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020. Mensagem de veto</p>
<p>Lei nº 13.982, de 2.4.2020 Publicada no DOU de 2.4.2020 - Edição extra A</p> <p>Autoria do Executivo</p>	<p>Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Mensagem de veto</p>
<p>Lei nº 13.981, de 23.3.2020 Publicada no DOU de 24.3.2020</p> <p>Autoria do Legislativo</p>	<p>Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite de renda familiar per capita para fins de concessão do benefício de prestação continuada.</p>